

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Sociais  
Programa de Estudos de América Latina e Caribe

**Bolsista:** Priscila da Silva Gouveia

**Linha de Pesquisa:** Observatório de Direitos Humanos da América Latina

**Período de Coleta:** 01 de junho de 2020 até 30 de junho de 2020

Data: **01/06/2020**

Título: **Vidas Negras Importam: atos levam centenas às ruas do Rio de Janeiro e São Paulo**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/64966/vidas-negras-importam-atos-levam-centenas-as-ruas-do-rio-de-janeiro-e-sao-paulo>

“Contra o genocídio do povo preto, nenhum passo atrás” é o que gritavam centenas de manifestantes na tarde deste domingo (31) em frente ao palácio do governo, em Laranjeiras, capital do Rio de Janeiro (RJ), durante o ato “Vidas Negras Importam”, organizado por diversos coletivos que integram o Movimento de Favelas do RJ. Com cartazes trazendo frases como “basta de corona tiro”, os manifestantes mostraram a indignação em relação à opressão do Estado. Diante da pandemia causada pela Covid-19, já aconteceram mais assassinatos pelas mãos da polícia do que no mesmo período de 2019.

Segundo dados da organização Fogo Cruzado, em março, quando começou a quarentena, ocorreram 446 tiroteios/disparos de armas de fogo no Rio de Janeiro. Em abril, esse número subiu 12%, totalizando 501 tiroteios/disparos na região metropolitana da cidade.

“A manifestação é em protesto pelas pessoas assassinadas só neste período de pandemia. No estado do Rio de Janeiro, a polícia matou 606 pessoas em quatro meses deste ano, sendo 290 em março e abril, período dentro da pandemia, 43% a mais do que no mesmo período do ano passado”, aponta nota divulgada pelo movimento nas redes sociais.

No sábado (30), mais um jovem foi assassinado pela polícia nas proximidades do Morro do Borel, na zona norte do Rio. Matheus de Oliveira tinha 23 anos. “Mesmo em meio a maior crise sanitária do século 21, as polícias do Rio não deixaram de matar a juventude negra e pobre das favelas e periferias. As recomendações em todo o mundo é resguardar as vidas, mas a regra não serve para governos que já têm em suas estruturas práticas racistas e genocidas”, diz ainda a nota.

Data: **01/06/2020**

Título: **Padre Julio Lancelotti adere ao movimento antifascista**

Fonte: <https://revistaforum.com.br/>

Link: <https://revistaforum.com.br/direitos/padre-julio-lancelotti-adere-ao-movimento-antifascista/>

O padre Julio Lancelotti, conhecido por seu trabalho com a população de rua e que tem feito uma movimentação fundamental no acolhimento em época de Covid-19, assumiu-se antifascista em um post no instagram. Já há algum tempo, Padre Julio tem sido ameaçado. Há alguns meses, jovens acolhidos por ele foram agredidos por policiais, que enviaram um “recado” em tom de ameaça, mandando dizer que “a vez dele ia chegar”. Quando perguntado sobre seu posicionamento antifascista, o padre enviou o link da missa do último dia 31 de maio. Falando da festa de Pentecostes, comemorada no mesmo dia da missa, o padre disse: “É preciso ter a força e a coragem de viver o amor, não tendo medo do conflito, não tendo medo do confronto, não tendo medo de ter que conversar e se harmonizar na diversidade com todos e todas, buscando uma unidade. Quem sabe agora o Espírito Santo suscite em nós uma onda bem forte antifascista? É impossível e inaceitável, é um pecado que destrói a vida, o fascismo que mata e que fere. Leite é pra gente alimentar as crianças, não é pra tomar leite para afrontar os outros com supremacia racial. Não há supremacia racial; há igualdade humana na diversidade. Que isso seja muito claro pra nós”.

Data: **02/06/2020**

Título: **Imposto sobre grandes fortunas para combater pandemia pode virar lei no Chile**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/02/imposto-sobre-grandes-fortunas-para-combater-pandemia-pode- virar-lei-no-chile>

Um dos debates mais importantes a respeito da pandemia do coronavírus é sobre quem deve pagar a conta da emergência sanitária neste momento de crise. No Chile, essa questão também está presente em um projeto que tramita no Congresso do país desde o início deste mês para estabelecer um imposto temporário sobre as grandes fortunas. A iniciativa é do Partido Comunista e da Federação Regionalista Verde, dois partidos de esquerda fora da Frente Ampla, e conta com apoio de todo o setor progressista, e também de algumas siglas do centro. O texto prevê a criação de um imposto de 2,5%

sobre as maiores fortunas do país, ou seja, todos os que estão entre os 5% mais ricos da população do país. O projeto é baseado em estudos de economistas da Fundação Sol, que estimam ser possível arrecadar até US\$ 6 bilhões com a medida. Os autores projetam que esse valor seria suficiente para entregar auxílios em dinheiro para que 80% da população do país possa enfrentar a quarentena durante o inverno – período em que, se estima, o coronavírus deverá se manter como uma ameaça ao país, devido às condições climáticas favoráveis à sua propagação. O Ministério do Trabalho assegura que o número oficial de desempregados no Chile neste maio de 2020 representa apenas 9% da população, com um crescimento de 1 ponto percentual com relação ao mês anterior. Os números oficiais têm sido questionados pela oposição ao governo neoliberal de Sebastián Piñera, que tem defendido leis de facilitação de demissões ou suspensão de salários para trabalhadores em quarentena. Diante desse quadro, os setores de esquerda vêm lançando diferentes propostas para exigir que o Estado se comprometa com o sustento das famílias que estão em quarentena devido à crise de saúde. O projeto de imposto temporário sobre grandes fortunas foi o primeiro a chegar à votação na Câmara dos Deputados, e obteve uma importante vitória, ao ser aprovado com 85 votos a favor. Os votos contrários foram apenas 19, mas isso não significou uma baixa resistência. A maioria dos deputados de direita (40 deles) se absteve, possivelmente para não envolver seus nomes em uma iniciativa que conta com ampla aceitação popular.

Data: **03/06/2020**

Título: **Mortes por ação policial batem recorde no estado de São Paulo durante pandemia**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/65019/mortes-por-acao-policial-batem-recorde-no-estado-de-sao-paulo-durante-pandemia>

Durante a quarentena no mês de abril, a Polícia Militar de São Paulo matou 116 pessoas em casos registrados como “morte decorrente de intervenção policial” no Estado. Os números apontam que a cada seis horas uma pessoa tem a vida tirada por um PM paulista. Para o professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Rafael Alcadipani, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “esses números são absolutamente inaceitáveis em qualquer país democrático, e em qualquer nação minimamente decente do mundo”. A quantidade de mortos pela Polícia Militar comandada pelo coronel Fernando Alencar Medeiros em abril deste ano é a maior para o mês desde o início da divulgação dos dados de letalidade policial mensalmente pelo Governo de São Paulo

(em 2001). Abril de 2020 tem também o segundo maior número de vítimas da PM para um único mês, sendo menor apenas do que maio de 2006 — quando houve o histórico massacre policial após ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital). Conforme os dados publicados no Diário Oficial deste sábado (30/05), o número de mortos por policiais militares em serviço no Estado saltou 43,6% em relação ao mesmo mês do ano passado, indo de 71 para 102 pessoas mortas em supostas resistências. Já os mortos por PMs de folga subiram de 5 para 14, na comparação do quarto mês deste ano com o de 2019 — aumento de 180%. Na avaliação de Alcadipani, o esvaziamento das ruas de São Paulo devido à quarentena decretada pelo Governo de São Paulo como medida de combate do novo coronavírus facilitou o deslocamento policial, ficando mais rápidas as ações e, com isso, aumentando a possibilidade de confrontos. “Também não se pode esquecer que temos neste momento um clima de acirramento político muito forte no Brasil, no qual a posição extremada do presidente também é considerada”, afirma o professor.

Data: **03/06/2020**

Título: **"O aborto também é uma emergência social", reivindicam feministas na América Latina**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/03/o-aborto-tambem-e-uma-emergencia-social-reivindicam-feministas-na-america-latina>

A citação acima, amplamente divulgada nas redes sociais e atribuída a Simone de Beauvoir (embora sem comprovação) revela uma realidade para as mulheres que estão organizadas no feminismo: em todas as crises, é preciso manter-se vigilante. Com a crise atual, gerada pela pandemia do novo coronavírus, as feministas estão alertas em relação ao tema do aborto legal na América Latina na agenda dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. Apesar de a Organização Mundial da Saúde reconhecer o aborto como um serviço de saúde essencial desde 2012, a chegada do novo coronavírus em território latino-americano pode afetar tanto a vida das mulheres que recorrem ao serviço de abortamento legal – nos países e casos no qual o procedimento é legalizado pelo Estado – quanto daquelas que realizam o procedimento de forma clandestina nos países em que a interrupção voluntária da gravidez é um direito negado. No contexto do Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher, celebrado no último 28 de maio, o Brasil de Fato conversou com militantes do Brasil, Argentina e Uruguai para compreender o cenário do aborto legal em meio à pandemia. No Brasil, após o início da quarentena decretada no estado de São Paulo, o Hospital Pérola Byington, referência

no atendimento às vítimas de violência sexual no Brasil, interrompeu a realização dos procedimentos de interrupção da gravidez previstos em lei. Cinco dias depois, após a pressão do movimento feminista, do Ministério Público de São Paulo e da Defensoria Pública, o serviço de abortamento legal foi retomado. Com diferenças de contexto entre os países, todas as entrevistadas ressaltam a importância de que tanto o aborto legal quanto o acesso aos métodos anticoncepcionais sejam garantidos pelos serviços de saúde neste momento.

Data: **04/06/2020**

Título: **Deputado bolsonarista cria projeto de lei que acaba com direitos de pessoas trans**

Fonte: <https://revistaforum.com.br>

Link: <https://revistaforum.com.br/direitos/deputado-bolsonarista-cria-projeto-de-lei-que-aca-ba-com-direitos-de-pessoas-trans/>

O deputado bolsonarista Filipe Barros, do PSL-PR, propôs um Projeto de Lei para acabar de vez com os direitos da população trans: ele quer que o sexo biológico seja determinado por “cromossomos”, ou seja, genitalizar identidade de gênero, algo que exclui completamente quem não se identifica com seu gênero designado no nascimento. Além disso, a proposta fere o Artigo 5º da Constituição Federal, que trata da liberdade individual. “É inadmissível que, no meio de uma pandemia, uma crise política, uma crise sanitária e econômica, um parlamentar da Câmara Federal apresentem um projeto segregacionista, vanguarda do retrocesso, que vai na contramão de todos os direitos já adquiridos pela comunidade trans”, diz a deputada estadual Erika Hilton. “É assustador e demonstra mais uma face do fascismo, da intolerância, do preconceito, de como tudo está se organizando para precarizar ainda mais os grupos já historicamente vulneráveis, que já têm dificuldade de acesso aos direitos”. Erika segue: “É um projeto nefasto, criminoso, retrógrado e que em momento algum poderia ser tolerado mas, diante da situação tão grave na qual nos encontramos politicamente, sanitariamente, ele é ainda mais gritante. Revela a transfobia e outra face cruel do fascismo e retrocede os direitos já conquistados, vai na contramão da ciência, da sociologia e de todo conhecimento. Mais uma vez uma extrema direita golpista e do ódio tentando se impor contra grupos tão vulneráveis”.

Data: **05/06/2020**

Título: **Trabalhadoras domésticas enfrentam coação de patrões durante pandemia**

Fonte: <https://revistaforum.com.br/>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/65080/trabalhadorasdomesticas-enfrentam-coacao-de-patroes-durante-pandemia>

A morte do menino Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, que caiu do 9º andar de um condomínio de luxo em Recife, Pernambuco, revela um drama silencioso que tem marcado a pandemia brasileira: a situação precária das trabalhadoras domésticas. A mãe de Miguel, Mirtes Renata Souza, e a avó, Marta Santana, trabalhavam para a mesma família, a do prefeito de Tamandaré, Sérgio Hacker (PSB). A esposa, Sarí Gaspar Côrte Real, deixou o filho da empregada sozinho em um elevador, e a criança caiu do nono andar, enquanto a mãe levava o cachorro da patroa para passear. Ela foi presa e pagou fiança para ser liberada. Mas, antes do homicídio, a família já tinha contraído Covid-19, assim como as empregadas – e mesmo assim, as domésticas não foram liberadas do trabalho. Em março, o MPT soltou uma nota técnica orientando que “trabalhadoras e trabalhadores domésticos sejam dispensados do comparecimento ao local de trabalho, com remuneração assegurada, pelo período de isolamento ou quarentena de seus empregadores”. Porém, segundo a Agência Pública apurou, além dos riscos de contaminação, elas enfrentam coação para trabalhar e preconceito dentro do trabalho. De acordo com Luiza Batista, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), a organização vem recebendo mais denúncias de mulheres que estão sendo coagidas a trabalhar, sob pena de demissão. As denúncias mais frequentes são de trabalhadoras que “sob coação, ameaça de perder o emprego ou por julgarem que elas podem se contaminar no transporte público”, estão tendo que pernoitar nas casas dos patrões. “Se não houve nenhum acerto no contrato de que a trabalhadora ia pernoitar no emprego, não tem porque o empregador, neste momento, se aproveitar de uma situação de pandemia para obrigar a trabalhadora a pernoitar no emprego”, explica. Algumas delas, como a mãe de Miguel, acabam tendo que levar os filhos junto.

Esta é exatamente a situação da Vera Lúcia\*, que desde o início da quarentena no estado de São Paulo está passando a semana, com a filha adolescente, na casa dos patrões e retornando para casa, na zona leste, aos finais de semana. Ela diz que não teve como recusar o “acordo”. “Não foi bem um acordo. Quando começou o isolamento na cidade, ela perguntou se eu não queria passar a dormir lá. Eu disse que não, porque tinha a minha casa e a minha filha. Ela falou pra eu levar a minha filha. Pra mim, de certa forma, se tornou viável porque eu não fico me expondo no ônibus cheio, aí aceitei. Mas ela não modificou nada em relação ao salário”. Quando perguntada sobre aumentar o pagamento, a patroa respondeu que estava “acolhendo” a filha da funcionária. “Ou

seja, eu trabalharia e dormiria, mas em compensação casa, comida e banho era livre. Como não tinha outra alternativa e preciso trabalhar, resolvi aceitar.”

Data: **08/06/2020**

Título: **Venezuela assina acordo para desbloquear ativos e criar fundo de combate à covid-19**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/08/venezuela-assina-acordo-para-desbloquear-ativos-e-criar-fundo-de-combate-a-covid-19>

Um acordo entre o governo venezuelano e a oposição busca criar um fundo de combate à pandemia do novo coronavírus no país. O ministro de Saúde da Venezuela, Carlos Alvarado e o assessor do deputado opositor Juan Guaidó, Julio Castro, assinaram, no dia 2 de junho, um acordo junto à Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) para criar o fundo. O dinheiro viria dos ativos públicos venezuelanos bloqueados no exterior. Segundo a ONG Sures, são cerca de 7 bilhões de dólares bloqueados em 40 bancos dos Estados Unidos e Europa. Até o momento, somente o Banco da Espanha sinalizou a transferência dos fundos que têm depositados para a OPS. O orçamento seria aplicado na compra de medicamentos, equipamentos de proteção individual, testes de diagnósticos e na manutenção da estrutura hospitalar do país. Para cada gasto, o dinheiro seria transferido do fundo da OPS para o Banco Central da Venezuela e todo processo deveria ser fiscalizado por representantes do governo bolivariano e da oposição. A decisão foi elogiada pela Organização das Nações Unidas. Stephane Dujarric, porta-voz da ONU, afirmou que o secretário geral Antonio Guterres "encoraja os atores internacionais a implementar esse pacto, de acordo com os princípios de humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência; além de construir os fundamentos para continuar buscando pontos em comum para superar a crise nacional". O acordo inclui a liberação do dinheiro público venezuelano que foi desviado pro "Fundo de Liberação da Venezuela", administrado por personagens opositores representados por Guaidó. Em abril, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos autorizou o confisco de 324 milhões de dólares de uma conta venezuelana no Citibank para a Reserva Federal. Desse total, cerca de 80 milhões foram destinados para o "Fundo de Liberação". Situação similar aconteceu no Reino Unido que tentou, através da justiça, apropriar-se de 31 toneladas de ouro venezuelano, depositadas no Banco da Inglaterra. Investigações de meios locais apontam que parte do dinheiro poderia ser destinado a uma "Unidade de Reconstrução da Venezuela", formada por agentes britânicos e opositores venezuelanos. Nessa ocasião, o BCV já havia assinado outro acordo com o

Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud), com o objetivo de direcionar o dinheiro para um fundo de ajuda humanitária para conter a pandemia da covid-19. A entidade bancária, no entanto, negou-se a fazer a transação financeira. O julgamento foi adiado para o dia 22 de junho. Se outros bancos e governos aderirem ao documento assinado entre governo e oposição venezuelana com a OPS, essa poderia ser uma saída vitoriosa para a administração de Maduro para voltar a ter acesso aos bens públicos no exterior. Atualmente, segundo o BCV, as reservas internacionais da Venezuela são de 6,3 bilhões de dólares.

Data: **08/06/2020**

Título: **Comunidades rurais da América Latina enfrentam o avanço do coronavírus**

Fonte: <https://brasil.elpais.com>

Link: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-06-08/comunidades-rurais-da-america-latin-a-enfrentam-o-avanco-do-coronavirus.html>

Na América Latina, o coronavírus começou nos centros urbanos e aos poucos se aproxima das comunidades rurais. Em maior ou menor medida, a reação do binômio cidade-campo condiciona o avanço da covid-19 na região, atualmente considerada o epicentro da pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Após quase três meses de fechamento das atividades, alguns países latino-americanos começaram gradualmente a abrir alguns de seus setores econômicos sob a latente ameaça de novos surtos e de expansão do vírus pelas regiões afastadas. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) advertiu esta semana que a pandemia está num dos momentos mais críticos para o continente americano, e que a reabertura deve ser feita com cautela. “Devemos ser cuidadosos. Não abram rápido demais ou correrão o risco de um ressurgimento da covid-19 que poderia anular a vantagem obtida nos últimos meses. Considerem um enfoque geográfico para o bloqueio e a reabertura baseado na transmissão em entornos locais específicos”, disse Carissa Etienne, diretora da organização. Mais da metade dos casos de coronavírus no mundo (55%) registrados na última semana estão na América. Os países latino-americanos concentram 1,2 milhão de contagiados e 57.800 mortos pela covid-19, a maioria no Brasil, México, Peru, Equador, Chile e Colômbia. A OPAS afirma que o aumento do número de novos contágios na região nos últimos dias representou mais de um terço do total mundial. “É uma preocupação séria, que deveria servir como advertência para aumentar nossos esforços”, disse Etienne. A região é diversa, mas as características de suas zonas rurais convergem, principalmente quanto às suas carências. As comunidades afastadas dos centros urbanos costumam sofrer com a escassez de serviços básicos como água



potável —que contribui para reduzir a expansão da doença. Além disso, os serviços sanitários não chegam a toda a população e os habitantes das zonas rurais muitas vezes precisam fazer longas viagens às cidades para ter acesso à saúde pública. Cada país latino-americano aborda de maneira diferente a proteção dessas comunidades, onde também moram alguns povos indígenas. Assim se vive a pandemia nas áreas rurais da América Latina.

Data: **09/06/2020**

Título: **Coronavírus: Como Cuba controlou a pandemia**

Fonte: <https://vermelho.org.br>

Link: <https://vermelho.org.br/2020/06/09/coronavirus-como-cuba-controlou-a-pandemia/>

Reina Paula é vendedora em um shopping center de Havana. À agência Reuters, ela contou que, no mesmo dia em que um funcionário teve teste positivo para os sintomas da Covid-19, todos os outros trabalhadores da loja foram transferidos para instalações de isolamento. Lá, fizeram testagem para o novo coronavírus e iniciaram um cuidadoso protocolo de saúde. Na sequência, a equipe da atenção primária de saúde se organizou para rastrear os parentes da pessoa infectada. Esses familiares também foram enviados para uma quarentena, enquanto a mídia estatal apelou a qualquer outra pessoa com quem eles pudessem ter tido contato próximo para se apresentarem para os testes. Aqueles que testaram positivo foram hospitalizados. “Eles seguiram os passos clínicos como um relógio suíço e estou mais do que satisfeita com o pessoal de saúde de Cuba. Estou muito agradecida pelo trabalho”, disse Paula, por telefone, já em casa, depois de se recuperar da Covid-19. O marido, a filha, o genro e o neto dela também foram postos em quarentena e transferidos para casa após testes negativos. O episódio é um exemplo do bem-sucedido protocolo que Cuba, sob a liderança do Partido Comunista, adotou para conter o surto do coronavírus de modo relativamente rápido. Na ilha, novos casos caíram para uma média de menos de dez por dia, a partir de um pico de cerca de 50. Dois terços das províncias estão livres do vírus, conforme dados oficiais. Esta segunda-feira (8) foi o nono dia consecutivo sem mortes pela Covid-19 em Cuba. No final de semana, o presidente cubano Miguel Díaz-Canel disse que o vírus estava “sob controle” em Cuba e que o governo logo anunciaria medidas para reabrir gradualmente a ilha. Como parte das medidas para impedir a propagação do vírus, Cuba fechou fronteiras, escolas, paralisou o transporte público e instou os cubanos a praticar distanciamento social e usar máscaras faciais. O não cumprimento das medidas poderia levar a multa ou até penas de prisão. Cuba também enviou dezenas de milhares de

médicos, enfermeiros e estudantes de Medicina para examinar as casas diariamente em busca de casos positivos. O país caribenho registrou até agora 2.200 casos diagnosticados da doença e 83 mortes, em uma população de 11 milhões de habitantes. Só a cidade de São Paulo, com 12,2 milhões de moradores, teve, até o momento 82.179 casos confirmados e 4.838 óbitos por Covid-19 – outros 221.004 casos e 4.503 óbitos estão em investigação.

Data: **09/06/2020**

Título: **Governo brasileiro aproveita pandemia para apoiar devastação e invasão de terras indígenas**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/meio-ambiente/65139/governo-brasileiro-aproveita-pandemia-para-apoiar-devastacao-e-invasao-de-terras-indigenas>

Os incêndios na Amazônia em 2019 resultaram no registro da maior devastação de áreas do bioma amazônico em apenas um ano no período de uma década. Uma notícia que só não mais trágica diante do fato de que com a atenção global concentrada no enfrentamento da pandemia, durante os quatro primeiros meses de 2020 a devastação já supera a verificada no ano passado. Somente em abril de 2020, 529 quilômetros quadrados de floresta foram destruídos - um aumento de 171% aos números registrados em abril de 2019. E pior pode estar a caminho. De modo a limpar a terra desmatada para a agricultura, as árvores derrubadas são queimadas. Segundo Ane Alencar, diretor do Departamento de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, “esse foi o principal ingrediente da temporada de incêndios de 2019, uma história que poderia ser repetida em 2020”. A fumaça que tomou conta das cidades do Brasil durante os incêndios na Amazônia de 2019 causou problemas respiratórios generalizados. À medida que os casos de Covid-19 crescem a cada dia - mesmo em áreas remotas da Amazônia -, o Brasil corre o risco de exacerbar a crise da saúde pública e causar danos permanentes à floresta e às comunidades indígenas. Em 22 de maio, a Justiça Federal ordenou que o governo estabelecesse bases para inspetores ambientais em pontos críticos de derrubada e queima. São áreas da Amazônia onde ocorrem 60% de todo o desmatamento. O objetivo era restringir o mercado criminoso que impulsiona a extração ilegal de madeira e a mineração, mas também ajudar a reduzir a propagação do vírus aos povos indígenas da região. Mas o governo de Jair Bolsonaro parece contrário aos objetivos dos procuradores da República que moveram a ação judicial. Com atenção da mídia voltada para a crise da saúde, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, exonerou, em abril, Olivaldi Azevedo do cargo de diretor do Ibama, o órgão federal de

fiscalização ambiental. Em condições de anonimato, servidores do Ibama relataram que a demissão de Azevedo esteja ligada à sua ineficiência em evitar operação anti-mineração em terras indígenas no interior do Pará. A operação resultou na queima de equipamentos usados por mineradores ilegais, com imagens das prisões transmitidas no canal de notícias mais popular do Brasil. Donos de garimpos ilegais formam uma base leal de apoio a Bolsonaro, daí a irritação do governo. Mas a transmissão pela televisão também apresentava pessoas que haviam ocupado terras indígenas para construir fazendas. Um dos entrevistados deixou claro que suas incursões foram incentivadas pelos discursos do presidente Bolsonaro e seu ministro do Meio Ambiente, Salles. É ilegal que pessoas não indígenas invadam as terras indígenas do Brasil. Mas as pessoas ansiosas por explorar as riquezas naturais desses territórios frequentemente reclamam apoio do presidente, que recentemente prometeu diminuir a quantidade de terra protegida. Na entrevista, o agricultor invasor disse que "as pessoas estão com essa esperança, essa expectativa de que um dia isso aconteça... Enquanto isso, estamos ocupando aqui".

Data: **09/06/2020**

Título: **Polícia chilena reprime mulheres mapuche que tentam vender alimentos durante pandemia**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/policia-chilena-reprime-mulheres-mapuche-que-tentam-vender-alimentos-durante-pandemia>

A violência dos Carabineros (polícia militarizada chilena) e do governo neoliberal de Sebastián Piñera contra as minorias sociais é alvo de constantes denúncias dos movimentos populares chilenos e um dos fatores que motivou os protestos que tomaram o país durante o ano passado e o início deste ano. Em meio ao atual contexto de pandemia, enquanto o governo nega auxílio a boa parte da população pobre, a polícia reprime nas ruas as pessoas necessitadas que buscam sua única forma de sustento. Nos últimos dias, as comunidades mapuche de Temuco, no sul do Chile, vem sofrendo seguidos ataques dos Carabineros, que atuam expulsando as hortaliças mapuche (como são conhecidas) das ruas e confiscando seus produtos, às vezes de forma violenta. Essas ações estão baseadas em uma nova ordem municipal do prefeito Miguel Becker, que tornou ilegal a atividade das vendedoras mapuche, justamente em um momento em que elas mais precisam de sua fonte de renda. Becker é membro do partido Renovação Nacional, representante da direita neoliberal e o mesmo partido do presidente Sebastián Piñera, cujas medidas para a região da Araucania (da qual

Temuco é a capital) em meio à pandemia estão focadas na presença de militares, e não de profissionais médico, embora seja uma das quatro mais afetadas do país pelo coronavírus, tanto em quantidade de casos quanto de mortes. Em algumas das cenas registradas em vídeo por transeuntes, é possível ver como os policiais, durante essas ações de confisco, chegam a jogar na rua os alimentos produzidos pelas comunidades, e que as hortaliças vendem em suas banquinhas nas ruas da cidade.

Data: **09/06/2020**

Título: **Esconder números e desaparecer com os corpos: Bolsonaro repete tática da ditadura**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/65134/esconder-numeros-e-desaparecer-com-os-corpos-bolsonaro-repete-tatica-da-ditadura>

No ano passado, Dona Elzita Santa Cruz despediu-se da vida, aos 105 anos, sem poder velar o corpo de seu filho, Fernando Santa Cruz. As famílias de outros 433 desaparecidos políticos, vítimas da ditadura militar, também tiveram esse direito negado. Nesta terça (8), em meio a uma pandemia, o país completou 25 dias sem ministro da saúde. A Covid-19 já matou cerca de 37 mil pessoas aqui. Na semana passada, cruzamos a terrível marca de um óbito por minuto. O presidente se omite de governar e aposta em remédios exóticos – e perigosos –, que vão da campanha contra o distanciamento social, até a utilização da cloroquina. E parece que o enxofre pode entrar na sua lista. Certamente já estamos no inferno. Bolsonaro investe também na desinformação. Resolveu restringir o acesso aos dados oficiais e oferecer informações conflitantes. O apagão de dados joga contra a ciência e a saúde pública, impede o controle social, pode conduzir gestores ao erro. E tem um significado muito doloroso para o país. Aos mortos da pandemia são negadas as cerimônias fúnebres. Os que ficam são privados de direito de se despedir como é costume. Vivem o luto de outra forma. Os mortos da pandemia fazem sofrer seus parentes, amigos, colegas de trabalho, médicos, enfermeiros. Eles existem, assim como a dor da perda. Os mortos da pandemia têm o direito de constar nos dados. E todo mundo tem o direito de saber que morreram. Eles não podem esconder os corpos outra vez. Eles, com novas táticas, mas, de novo, os velhos hábitos.

Data: **12/06/2020**

**Título: Quase 40% dos casos de covid-19 em Buenos Aires se concentram nas favelas da capital**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/12/quase-40-dos-casos-de-covid-19-em-buenos-aires-se-concentram-nas-favelas-da-capital>

No dia 17 de maio, a morte de Ramona Medina escancarou a falta de assistência das zonas mais pobres do da Argentina diante da pandemia do novo coronavírus, especialmente em Buenos Aires, zona de maior foco de contágio no país. Militante na organização La Poderosa, Ramona denunciava constantemente a falta de água em sua comunidade, a Villa 31, na capital, governada por Horacio Rodríguez Larreta (Cambiamos), alinhado ao ex-presidente Mauricio Macri. “Não podemos viver nessas condições”, dizia Ramona no último vídeo que gravou denunciando a falta de água. “Há um vírus que está consumindo novas vidas todos os dias. Nos dizem para lavar as mãos, mas não temos água, o mais básico que precisamos para higienizar-nos.” Em sua denúncia, também questionava ao vice-chefe de governo Diego Santilli, do Proposta Republicana, que, à época, afirmava à mídia que a comunidade estava atendida. O caso de Ramona ganhou repercussão por ilustrar a situação permanente das favelas, que só se agravaram com a pandemia. As favelas, entre as quais está a Villa 31, já representam 40% dos casos positivos para coronavírus na capital. Ao subirem exponencialmente os casos de covid-19 nas favelas, o Dispositivo Estratégico de Teste para Coronavirus no Território da Argentina (DETeCTAr) chegou às duas comunidades mais afetadas na capital, para identificar pessoas com sintomas da doença. De acordo com o governo, os bairros populares e favelas de Buenos Aires concentram 13,8% dos casos de coronavírus do país. Na Villa 31, atualmente 58% dos moradores já testaram positivo, seguido da Villa 1-11-14, com 45%. Lilian Andrade, moradora da Villa 31 e militante da organização La Poderosa, atenta para o fato de que o Estado chegou tarde com o dispositivo para identificar pessoas febris nas comunidades. Além disso, a forma como os testes têm sido realizados também expõem a população ao risco de contágio, dadas as horas de espera para realizar os exames e aguardar pelos resultados. “O dispositivo chegou muito depois de nossos pedidos e do primeiro contágio. Ainda hoje, o Detectar é contraproducente. Muitos vizinhos e vizinhas que têm febre são obrigados a ficar na fila por muito tempo, misturando casos positivos e negativos. Depois do exame, ainda esperam por muitas horas”, relata. “Depois disso, entram no ‘coronabus’, mais uma vez misturando casos positivos e negativos, para serem isoladas em hotéis ou hospitais se são parte do grupo de risco. Ao sair desse espaço comum, depois de muitas horas compartilhando um espaço reduzido, é muito provável que todas sejam positivas.”

Data: **17/06/2020**

Título: **Taxa de letalidade por coronavírus entre quilombolas é o dobro da média nacional**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/17/taxa-de-letalidade-por-coronavirus-entre-quilombolas-e-o-dobro-da-media-nacional>

De acordo com o boletim epidemiológico do Observatório da covid-19 nos Quilombos, organizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (Conaq) e do Instituto Socioambiental (ISA), já são 721 casos de quilombolas contaminados no Brasil e 80 óbitos. A taxa de letalidade entre essa população é de 11,09%, mais que o dobro da média nacional, que está em 4,9%. Núbia Cristina, coordenadora da Conaq, explica a dificuldade em conter o avanço do vírus nas comunidades. “A pandemia veio mostrar uma ferida que temos há séculos, a falta de aparelhos públicos dentro da comunidade e o descaso da gestão pública, de todas as esferas, com a população negra rural.” Além dos contaminados e dos óbitos, o boletim epidemiológico indica que outros 190 quilombolas seguem monitorados, sem a confirmação, ainda, de que estão contaminados. No Brasil, são 934 mil casos e 45 mil mortes. Enquanto tentam salvar a vida dos contaminados, quilombolas se organizam para prevenir novos casos. Porém, de acordo com Cristina, faltam insumos e itens básicos. “Não temos condições de prevenção e de acompanhamento. Muitas comunidades não têm água e nem estrutura para fortalecer essa política e acabamos desesperados.” No Amapá, estado de Cristina, são 14 mortes em decorrência do coronavírus. O Pará é o estado com o maior número de óbitos, 28. Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco possuem 7 mortes cada. Espírito Santo soma 4 falecimentos. Goiás (2), Bahia (2), Rondônia (1), Mato Grosso (1), Ceará (1) e Amazonas (1) completam a lista.

Data: **17/06/2020**

Título: **Paraguaios exigem “justiça e reparação” do massacre de Curuguaty**

Fonte: <https://vermelho.org.br>

Link: <https://vermelho.org.br/2020/06/17/paraguaios-exigem-justica-e-reparacao-do-massacre-de-curuguaty/>

Diante de 17 altares e velas lembrando os 11 camponeses e seis policiais que tombaram em 15 de junho de 2012, os manifestantes voltaram a denunciar a confrontação armada pelas forças antinacionais e do latifúndio para afastar o presidente Fernando Lugo,

enterrar a democracia e inviabilizar de vez a reforma agrária. Desde então, sucessivos presidentes antinacionais têm feito o jogo estrangeiro na região, inclusive com o desfile de soldados das Forças Especiais dos Estados Unidos e o anúncio de um “acordo” para a instalação de uma base militar norte-americana em solo paraguaio. Para a professora e ativista Guillermina Kanonnikoff, solidária aos camponeses, “eles foram condenados injustamente a muitos anos de prisão, recuperaram sua liberdade e ainda que isso represente uma vitória, o caso não está terminado”. “O julgamento em si ainda não terminou, temos 37 acusados, até os mortos são acusados, denunciados à revelia. Uma investigação foi supostamente aberta para avaliar as condições em que morreram os 11 camponeses, mas nunca se mexeu um dedo. No Supremo Tribunal Federal temos um processo de inconstitucionalidade levado pelo juiz Martínez Prieto, que nunca obteve resposta. Os libertados sequer foram indenizados e deve haver uma compensação, que nunca ocorreu”, acrescentou. De acordo com Martina, irmã de Fermín e Luis Paredes, assassinados no massacre, “a única conquista que temos é a liberdade dos condenados, porém até agora não há justiça, pois ninguém investigou a morte dos camponeses. Estamos completamente à deriva”. “Os avanços alcançados se dão com base na unidade, no trabalho comunitário, na solidariedade entre companheiros e companheiras, no apoio das pessoas das organizações sociais, camponesas, de direitos humanos e da Igreja. Conseguimos isso através da luta”, frisou.c

Data: **17/06/2020**

Título: **Justiça determina medidas de proteção para Terra Indígena Yanomami**

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/justica-determina-medidas-de-protecao-para-terra-indigena-yanomami>

A Justiça Federal determinou, nesta quarta-feira (17), a imediata adoção de providências para a reativação de Bases de Proteção Etnoambiental (BAPEs) na Terra Indígena Yanomami (TIY), no estado de Roraima, como medida de combate ao avanço da pandemia de covid-19 na região e proteção sanitária aos indígenas. A terra indígena, que abriga 27 mil indígenas, incluindo povos isolados, sofre com a ação de mais de 20 mil garimpeiros ilegais. Entre os yanomami, há 102 casos confirmados e quatro mortes decorrentes de covid-19. A decisão prevê ações de fiscalização e repressão ao garimpo ilegal. A decisão da desembargadora federal Daniele Maranhão atende recurso do Ministério Público Federal (MPF) em ação civil pública contra a União, o estado de Roraima e a Fundação Nacional do Índio (Funai), para obrigar os entes estatais a agirem devido ao avanço do garimpo nos últimos meses. Além da reativação das bases de

proteção, a determinação prevê ações de fiscalização e repressão ao garimpo ilegal. A TIY já é homologada e a atividade de garimpo nela é ilegal. A Justiça reconheceu a demora do poder público em adotar medidas de contenção da atividade de mineração ilegal na região, o que “evidencia necessária atenção redobrada para evitar a disseminação de epidemias virais e outras moléstias decorrentes da contaminação de rios e fauna com mercúrio,(...) situação que se agrava pelo atual contexto de pandemia pela qual passa o país”, segundo justificativa da desembargadora. Um dos pontos da ação é que União e Funai apresentem, no prazo de 60 dias, um plano de restabelecimento de três Bases de Proteção Etnoambiental (BAPEs) na TI Yanomami. Após a apresentação desse plano, a reativação das bases, com estrutura e pessoal necessário, deve ser realizada em 120 dias. Já o estado de Roraima deve disponibilizar força policial para ajudar nas atividades de fiscalização e repressão ao garimpo ilegal. As partes demandadas devem também, comprovar, bimestralmente, o cumprimento de plano operacional de reativação das BAPEs na terra indígena. No recurso do MPF, o procurador da República Alisson Marugal chamou atenção para o cenário de violação sistemática e histórica de direitos dos povos da Terra Indígena Yanomami, vítimas da omissão estatal na contenção de garimpeiros desde a década de 1970. Ele reconhece a severidade do caso considerando o risco de grupos isolados que vivem no território, como os Moxihatëtëa, serem dizimados ou sofrerem um genocídio. “O panorama fático atual torna mais urgente a providência ora pleiteada: sem a devida proteção territorial e submetida à invasão de milhares de garimpeiros, a Terra Indígena Yanomami é ainda mais vulnerável à pandemia de covid-19, deixando os povos que ali habitam em constante risco de uma repentina aceleração descontrolada da infecção, sem a necessária proteção epidemiológica, em especial os povos isolados, estes expostos a um risco concreto de genocídio”, argumentou o procurador.

Data: **19/06/2020**

Título: **Brasil é recordista mundial em mortes de profissionais de enfermagem por covid-19**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/21/regiao-onde-morreu-primeiro-indigena-no-ms-tem-um-medico-para-atender-17-mil-pessoas>

Já são 208 as enfermeiras e enfermeiros mortos na frente de batalha da covid-19 no Brasil, o mais elevado número do mundo. Uma letalidade de 2,36% segundo o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). “É um triste recorde”, lamenta um dos diretores do Cofen, Gilney Guerra. “Isto representa 30% da soma dos profissionais que morreram



em todos os países”, compara. “Na média, desde 16 de março, estamos perdendo duas pessoas a cada dia”, acrescenta. E o que explica números tão devastadores? Segundo o diretor, o primeiro fator é a falta dos equipamentos de proteção individual (EPIs) ou a disponibilidade apenas de material de segurança inadequado. “Já recebemos, aqui no Conselho, mais de seis mil denúncias sobre isso”, relata Guerra. Outra causa apontada pelo conselho é a falta de treinamento de pessoal para lidar com a doença. “Os hospitais não estavam preparados, tudo era muito novo”, registra. O enfermeiro lembra que o processo de intubação de um paciente de covid-19, por exemplo, provoca a liberação de grande carga viral. “O profissional tem que estar muito bem protegido para não se contaminar nesse momento”, exemplifica. O Observatório da Enfermagem, site implantado pelo Cofen para medir o avanço do coronavírus entre a categoria, revela que 20.206 enfermeiros e enfermeiras foram contaminados. Entre eles, 210 permanecem internados. A maioria das mortes (65,38%) ocorreu entre as mulheres, que também representam 85% dos casos de contaminação. Entre todos os óbitos registrados - homens e mulheres - em 57 casos, os enfermeiros tinham entre 41 e 50 anos. Em outras 51 mortes, os profissionais tinham idade entre 51 e 60 anos. Aqueles que morreram com idade entre 60 e 70 anos também totalizaram 51. “Havia muita gente trabalhando mesmo pertencendo a grupos de risco, o que aumentou o número de mortes”, observa Gilney Guerra. São Paulo lidera o número de óbitos entre enfermeiras e enfermeiros, com 40 registros, em seguida vem o Rio de Janeiro com 36, Pernambuco com 27 e Amapá com 16. Os quatro estados apresentaram o pior quadro. Nos últimos dias, como se não bastasse o risco de morte e o enfrentamento da doença, enfermeiros e enfermeiras tiveram que lidar com outro problema: o incentivo do presidente Jair Bolsonaro aos seus apoiadores para invadirem hospitais e documentarem se os leitos estavam ou não ocupados. “Foi uma declaração totalmente descabida, estimulando a desordem”, considera o diretor. “Criou um risco para os profissionais, para os pacientes e para os próprios invasores”, sintetiza.

Data: **21/06/2020**

Título: **Região onde morreu primeiro indígena no MS tem um médico para atender 17 mil pessoas**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/21/regiao-onde-morreu-primeiro-indigena-no-ms-tem-um-medico-para-atender-17-mil-pessoas>

Na última semana a SES (Secretaria de Estado de Saúde) do Mato Grosso do Sul registrou o primeiro óbito de um indígena em decorrência de coronavírus no estado, um

homem de 59 anos, da etnia Guarani Kaiowa, de Dourados (MS). O óbito foi confirmado na última quinta-feira (18). No estado são 40 mortes confirmadas por covid-19. Na aldeia Bororó, localizada na Terra Indígena (TI) Dourados, no sudoeste do Mato Grosso do Sul, a população está enfrentando dificuldades para receber atendimento médico para a covid-19. Segundo o indígena Deka Kayapó morador da aldeia, mais de 50 indígenas estão com os sintomas da doença no local. O único posto de saúde da região tem apenas um médico e um enfermeiro para atender cerca de 17 mil indígenas, das duas reservas: Jaguapiru e Bororó. A população Guarani Kaiowá é ainda maior, com quase 50 mil indígenas. A aldeia Bororó é toda de chão de terra batida. No local, há poucas árvores e muito mato. As casas são precárias, feitas com tábuas de madeira e telhas de fibrocimento, que esquentam muito. Há água encanada, mas ela tem faltado dia sim, dia não e as poucas famílias que têm casa de alvenaria, e mesmo assim enfrentam as mesmas dificuldades comuns a todos os moradores. Deka Kayapó e sua família moravam na Ilha do Murici, próxima da Vila da Ressaca, na Volta Grande do Xingu, contudo, com o início da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, eles foram expulsos do território. O alagamento causado pela obra cobriu de água tudo o que eles plantavam e a sobrevivência no local tornou-se impossível. "Por conta da enchente a gente não teve como ficar. Depois meu pai voltou para ver se a gente conseguia aguentar por lá, porque não tinha outro lugar pra gente. A gente começou a plantar e a enchente começou a cobrir tudo o que a gente plantava e a água acaba matando as plantas. Eles não deram apoio nenhum pra gente", afirma o indígena sobre os empresários de Belo Monte. Com a situação, Deka Kayapó se mudou em 2011 para o Mato Grosso do Sul onde conheceu a sua esposa. O pai, irmãos e tios estão espalhados pelas cidades de Senador José Porfírio (PA) e Altamira (PA) e alguns ainda buscam sobreviver próximo a Belo Monte.

Data: **22/06/2020**

Título: **“Celular em legítima defesa”: registros de abusos policiais fortalecem denúncias**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/22/celular-em-legitima-defesa-registros-de-abusos-policiais-fortalecem-denuncias>

Dos Estados Unidos ao Brasil, o uso de celulares para gravar imagens ou tirar fotos de abordagens policiais ilícitas se concretiza como uma forma de ecoar denúncias contra a brutalidade rotineira dos agentes. Os vídeos do caso George Floyd, por exemplo, homem negro que morreu asfixiado por um policial nos Estados Unidos após ter seu pescoço pressionado por 8 min 46s há quase um mês, impulsionaram um levante

antirracista internacional. Os episódios de agressão, que são ainda mais frequentes no Brasil, estão sendo cada vez mais registrados. Nesta segunda-feira (22), por exemplo, circulam nas redes sociais e na imprensa imagens de vídeos feitos por moradores de Carapicuíba, que registraram o momento em que um garoto de 19 anos desmaia duas vezes após ser estrangulado em abordagem da PM no domingo (21). Nas imagens, é possível ver o policial pressionando o peito do jovem, em posição de rendição, enquanto ele se debate até ficar desacordado. Ele recobra a consciência, e, poucos minutos depois, desmaia novamente após ação do mesmo agente policial. Desacordado, foi levado à viatura. O rapaz afirmou, em entrevista ao jornal Bom Dia São Paulo, que se assustou com a presença dos policiais, se desequilibrou e bateu na moto de um dos agentes, sendo agarrado pelo pescoço logo em seguida. Em nota enviada à reportagem do Brasil de Fato, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) informou que dois homens que estavam em uma motocicleta desrespeitaram ordem de parada e colidiram com a viatura. O órgão afirma que "o condutor entrou em luta corporal com o policial, tentou se evadir e foi imobilizado com técnicas de defesa pessoal". O jovem foi levado ao pronto-socorro e posteriormente encaminhado ao 1º Distrito Policial (DP) do município, onde o caso foi registrado. "Os policiais envolvidos na ocorrência foram ouvidos na noite de domingo (21) e o comando da unidade abriu uma sindicância para apurar todas as circunstâncias do caso. Por precaução, os policiais foram afastados para funções administrativas e as imagens citadas são analisadas pela instituição", diz o texto.

**Título: Senado deve votar projeto que acelera privatização da água e saneamento no Brasil**

**Data: 23/06/2020**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/65341/senado-deve-votar-projeto-que-acelera-privatizacao-da-agua-e-saneamento-no-brasil>

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), informou que pretende colocar em votação nesta quarta-feira (24) o projeto de lei (PL 4162/2019) do novo marco regulatório do saneamento básico. Para as entidades dos trabalhadores do setor, o PL abre as portas para um processo de privatização indiscriminada da água e dos recursos hídricos no Brasil. O texto do projeto prevê a abertura da concessão do serviço de água e esgoto para empresas privadas. Especialistas alertam que isso poderia causar o aumento das tarifas dos serviços de água e esgoto, penalizando a população. Em vários locais onde esse setor foi privatizado, a qualidade do serviço piorou e a conta de água disparou. Manaus e o estado de Goiás são dois notórios exemplos que ilustram esse

fato. Além disso, o PL ainda pode dar a empresas estrangeiras o controle e o acesso direto a fontes de água estratégicas para o desenvolvimento nacional, como é o caso do Aquífero Guarani, num momento em que boa parte do mundo enfrenta sérios e crescentes problemas de escassez de água potável. O relator do PL é o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), cuja família é uma das sócias majoritárias da empresa Solar Br Coca-Cola, a segunda maior engarrafadora da multinacional no território brasileiro e uma das 15 maiores do mundo. Representantes da sociedade civil que são contrários ao PL denunciam o conflito de interesse na escolha de Jereissati como relator de um projeto que está no campo de interesses de uma empresa da sua família, já que a água é a principal matéria-prima para a produção de refrigerantes e bebidas em geral. Nos debates sobre o assunto, alguns parlamentares se referiram a Jereissati como “senador Coca-Cola”. A Fenajud se posiciona de forma contrária ao projeto e se soma à luta pelo fortalecimento dos serviços públicos que garantem direitos essenciais à população brasileira.

A Fenajud se posiciona de forma contrária ao projeto e se soma à luta pelo fortalecimento dos serviços públicos que garantem direitos essenciais à população brasileira.

Data: **23/06/2020**

Título: **Protocolo define procedimentos na obtenção de prova contra feminicídio**

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/protocolo-define-procedimentos-na-obtencao-de-prova-contr>

Após publicação de portaria no Diário Oficial da União de hoje (23), o Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio será oficialmente lançado amanhã (24), no Ministério da Justiça. Por meio desse documento, busca-se definir procedimentos que devem ser adotados para a obtenção de provas materiais a partir vestígios, tanto no local de crime como no corpo da vítima ou do criminoso. Como descreve procedimentos e estratégias investigativas para a obtenção de provas materiais contra o crime de feminicídio, o protocolo tem seu teor restrito a policiais civis e “órgãos de perícia oficial de natureza criminal”. De acordo com o ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, o documento ajudará no combate à violência contra a mulher, “com critérios e procedimentos padronizados em relação às investigações de crimes de feminicídio”. Segundo o ministro, o protocolo ajudará também a melhor preparar as forças de segurança na prevenção e apuração dos crimes contra a mulher. O protocolo determina a instauração “imediata” de inquérito policial nos

casos de morte violenta de mulher e dá aos atendimentos relacionados às ocorrências de feminicídio prioridade para realização de exames periciais. O crime de feminicídio é caracterizado como assassinato de uma mulher, cometido devido ao desprezo que o autor do crime sente quanto à identidade de gênero da vítima. Segundo o ministro, esse protocolo ajudará também a melhor preparar as forças de segurança na prevenção e apuração dos crimes contra a mulher. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), Marcos de Almeida Camargo, a expectativa é de que o documento indique procedimentos a serem adotados para “tratar e conscientizar tanto vítimas como autoridades que estão na linha de frente”, sobre as melhores formas de se colher vestígios e elementos do crime, para identificar seu autor. “O feminicídio é um tipo de crime que envolve situações extremamente delicadas, onde o atendimento rápido, com apoio e suporte psicológico, é fundamental até por, em muitos casos, envolver crimes sexuais. São situações que requerem um protocolo de procedimentos mais detalhados, em meio a uma investigação muitas vezes complicada porque o material genético pode ser uma prova contra o criminoso”, acrescentou o perito criminal federal. Em relatório produzido a pedido do Banco Mundial, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontou que os casos de feminicídio cresceram 22,2%, de março para abril deste ano, em 12 estados, na comparação com o ano passado.

**Título: Cônsul venezuelano contrai covid-19 e tem atendimento médico negado no Brasil**

Data: **25/06/2020**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/25/consul-venezuelano-contrai-covid-19-e-tem-atendimento-medico-negado-no-brasil>

O cônsul Faustino Torrella Ambrosimo, que comandava a sede diplomática venezuelana em Boa Vista (RR), testou positivo para covid-19 e teve seu tratamento negado nas unidades de saúde brasileiras, segundo denunciam as autoridades venezuelanas. Em estado avançado dos sintomas da doença, Ambrosimo retornou à Venezuela nesta quarta-feira (24), pelo corredor humanitário aberto por autoridades de ambos países nas cidades Pacaraima (Roraima - Brasil) e Santa Elena de Uairen (Bolívar - Venezuela), já que, desde o dia 11 de março, a fronteira está fechada para a circulação de pessoas, permitindo apenas o trânsito de mercadorias. Agora o cônsul venezuelano recebe atendimento em um hospital de campanha no estado Bolívar. Desde 2019, os diplomatas nomeados pelo presidente Nicolás Maduro sofrem com a hostilidade do Estado brasileiro. Em julho, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) passou a

reconhecer Maria Teresa Belandria, nomeada pelo deputado autoproclamado presidente Juan Guaidó, como embaixadora legítima da Venezuela. Recentemente, os diplomatas venezuelanos conquistaram na justiça o direito de permanecer no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus. Em maio, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso confirmou a decisão liminar que suspendia a expulsão de 34 diplomatas venezuelanos, nomeados por Maduro, pelo governo brasileiro.

Data: **25/06/2020**

Título: **Racismo e infância: Brasil falha em proteger crianças e jovens pretos**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/25/racismo-e-infancia-brasil-falha-em-protoger-suas-criancas-e-jovens-pretos>

Ao chegar à adolescência, a partir dos 15 anos, um jovem preto no Brasil tem quase três vezes mais chance de ser assassinado do que um jovem branco. O dado faz parte do estudo Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A pesquisa mostra que a questão racial está diretamente ligada ao risco de um jovem perder a vida no país. A taxa de mortalidade entre a juventude preta chega a 86,34 para cada 100 mil pessoas. Relação que entre os brancos cai para 31,89. O risco não é teórico, já que os números levantados pelo estudo se expressam na prática no cotidiano de milhões de brasileiros. Pessoas pretas no país confiam menos na polícia, estão mais expostas a crimes como estupro e violência doméstica e compõem a maior parte da população carcerária. O cenário atinge em cheio a formação dessas pessoas, traz obstáculos à autoestima e cria condições mentais de profundo estresse e preocupação. Ser criança preta no Brasil significa não só crescer frente a riscos maiores de violência, mas também não se ver representado, ter a capacidade intelectual questionada e fazer parte de uma sociedade que desenvolveu mecanismos precários de correção dessa realidade histórica. O psicólogo Marcos Amaral, integrante do Instituto Amma Psique e Negritude, afirma que o genocídio da população preta se expressa de diferentes modos. “Ele (o genocídio) tem tentáculos. Se expressa na educação, na saúde e no recado diretamente dado a essa população quando policiais se sentem no direito de invadir uma casa e entrar atirando nessa casa. Em qual espaço da branquitude o policial entra atirando? É um recado de que a vida dos negros importa menos.” O impacto no desenvolvimento, segundo Marcos, é direto. “É um impedimento de descansar, de brincar, perde a possibilidade de fantasia. É importante, do ponto de vista do desenvolvimento, que a criança possa imaginar, fantasiar, criar histórias. De

que modo você vai se permitir imaginar, criar fantasias, quando precisa viver num estado de alerta constante? (...). O maior impacto, do ponto de vista da saúde mental, é a impossibilidade de construir projetos de futuro. É muito cruel a juventude ser ceifada da possibilidade de sonhar.” A percepção de Marcos sobre os tentáculos da violência contra as crianças pretas também está confirmada em números desde os primeiros anos de vida desta população. O Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) alerta que embora tenha ocorrido uma redução histórica nos índices de mortalidade infantil, os indicadores são piores entre pretos, pardos e indígenas e as políticas de proteção ainda não estão consolidadas. Na educação, segundo dados do movimento Todos Pela Educação, o desequilíbrio no acesso é percebido da creche ao ensino médio. Entre as crianças pretas e pardas de 0 a 3 anos, 32% estavam matriculadas em creches no ano 2018. Na população branca esse índice sobe para 39%. Entre os jovens, 53,9% dos que se declaram pretos e 57,8% dos pardos concluíram o Ensino Médio até os 19 anos, mas entre os brancos, a taxa cresce para 74%.

Data: **26/06/2020**

Título: **"Marco regulatório do saneamento é silencioso e omissivo em relação aos direitos humanos"**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/>

Link: [https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/65406/marco-regulatorio-do-saneamento-e-silencioso-e-omisso-em-relacao-aos-direitos-humanos?\\_ga=2.194344366.265622101.1593549432-541560262.1589851012](https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/65406/marco-regulatorio-do-saneamento-e-silencioso-e-omisso-em-relacao-aos-direitos-humanos?_ga=2.194344366.265622101.1593549432-541560262.1589851012)

"Esse projeto de lei é absolutamente silencioso e omissivo em relação aos direitos humanos". A declaração é de Léo Heller, relator especial da ONU sobre o direito à água e ao saneamento e pesquisador da Fiocruz. O senado aprovou na quarta-feira, dia 24 de junho o projeto de lei nº 4162 de 2019, que tem como principal ponto a ampliação da entrada do setor privado no fornecimento dos serviços de água e esgoto. Segundo o relator especial da ONU sobre o direito à água e ao saneamento, o brasileiro Léo Heller, "esse projeto de lei é absolutamente silencioso e omissivo em relação aos direitos humanos". A declaração foi dada em entrevista concedida ao podcast "Café da Manhã" da Folha de São Paulo, onde o Léo também afirma que "o enfoque não foi garantir água e esgoto para todos, respeitando os direitos humanos, mas inserir a iniciativa privada". Ao longo da entrevista, Léo Heller, que também é pesquisador da Fiocruz, faz um histórico acerca da regulação dos serviços de água e saneamento no Brasil e aponta que a atual lei se apresenta como uma reforma do Marco Legal aprovado em 2007, a lei nº 11.445. Ele aponta que a imprensa tem dado pouco espaço às vozes dissonantes

acerca do projeto: “Poucas vozes dissonantes em relação a esse marco têm tido espaço, e eu sou uma voz dissonante. Minha visão não é essa. Todas as reformas estruturais que o país faz, você tem ganhadores e derrotados. A gente precisa entender que vivemos em uma sociedade muito desigual e com muitos interesses econômicos que transitam. Então, reformas como essa vão atender determinados interesses e não vão atender outros”. E quais interesses serão atendidos? Léo não tem dúvida: “A principal alteração que essa reforma traz é uma maciça privatização do serviço, sem precedentes em qualquer país num período mais recente. Parte de um pressuposto de que tudo vai melhorar com a maciça privatização dos serviços sem fazer o que é necessário para uma medida como essa”. Outro aspecto apontado durante a entrevista é a dificuldade de empresas privadas se disponibilizarem a operar em áreas rurais, periferias das grandes cidades e cidades pequenas e de a falta de clareza acerca das licitações facilitar esquemas de corrupção nos contratos. O pesquisador aponta também que entre os anos de 2000 e 2018, 311 cidades remunicipalizaram os serviços de água e esgoto que haviam sido privatizados por conta de diversos tipos de insatisfação com o serviço privado e também pela vontade do Estado de fornecer um serviço melhor. Essa movimentação ocorreu na maioria das vezes na Europa, mas também em cidades como Buenos Aires e La Paz na América Latina. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva endossa a determinação da Organização das Nações Unidas (ONU) de que a água limpa e segura e o saneamento básico são um direito humano essencial. Não é mercadoria.

Data: **26/06/2020**

Título: **Organizações lançam manifesto pedindo regularização da migração na América Latina**

Fonte: <https://revistaforum.com.br>

Link: <https://revistaforum.com.br/direitos/2020/6/26/organizaes-lanam-manifesto-pedindo-regularizacao-da-migrao-na-america-latina-77851.html>

Organizações de migrantes da Américas Latina lançaram uma campanha nesta sexta-feira (26) em favor de uma regularização dos migrantes em cinco países em razão da pandemia do novo coronavírus. Movimentos presentes em Brasil, Argentina, Bolívia, Chile e Peru pedem que os estados “garantam o acesso à regularização migratória nos países que residimos, já que, em muitos casos, a situação irregular impede e/ou dificulta o acesso aos serviços de saúde, de educação, ao trabalho e/ou aos serviços de assistência social, fazendo com que as famílias tenham que romper com as medidas preventivas de isolamento social por força maior”. O manifesto cita a Resolução



04/2019, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para cobrar os direitos dos migrantes. No documento, a CIDH aponta que “os Estados devem incentivar a regularização da migração evitando, em especial, a precariedade das condições de trabalho e outras consequências da situação migratória irregular”. As organizações, que lançaram as tags #RegularizaçãoJá, #RegularizaçãoMigratóriaJá e #NenhumSerHumanoÉIllegal (nas versões em português e em espanhol), pediram ainda apoio em um abaixo-assinado em favor do PL 2699/2020. O texto, apresentado pela bancada do PSOL, ainda não foi pautado na Câmara.

Data: **26/06/2020**

Título: **“Como enxugar gelo”: a luta contra a covid-19 nas prisões superlotadas do RJ**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/26/como-enxugar-gelo-a-luta-contra-a-covid-19-nas-prisoas-superlotadas-do-rj>

Duas vezes por semana, Juliana\* sai de casa em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e inicia sua jornada até as unidades prisionais da região metropolitana. A técnica de enfermagem faz parte da equipe itinerante criada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-RJ) para minimizar os efeitos da pandemia da covid-19 dentro dos presídios. O plano de impedir o vírus de chegar ao sistema carcerário falhou. A luta agora é para impedir a contaminação em massa dos detentos. A pandemia do novo coronavírus joga luz aos aspectos mais obscuros do sistema prisional: superlotação, insalubridade, dificuldade de acesso à saúde e descaso das autoridades públicas. Após mais de duas décadas trabalhando dentro do sistema carcerário, Juliana espera se aposentar logo. Ela diz estar cansada de conviver diariamente com a desumanidade: Às vezes sinto que estou enxugando gelo. Com o objetivo de evitar o contágio da doença, o Ministério da Saúde apresentou à população brasileira diversas diretrizes com base nas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). A principal delas determina o distanciamento social – em que indivíduos no mesmo ambiente devem manter um afastamento de, no mínimo, um metro e meio. Essa mesma medida também foi proposta para as unidades prisionais, sem que fosse levado em conta a superlotação do sistema carcerário.

Data: **28/06/2020**

**Título: Estupro de uma menina indígena abala a agenda da Colômbia e reaviva as críticas ao Exército**

Fonte: <https://brasil.elpais.com>

Link: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-28/estupro-de-uma-menina-indigena-abala-a-agenda-da-colombia-e-reaviva-as-criticas-ao-exercito.html>

Quase todos os debates na Colômbia, como em grande parte da América Latina, giram em torno ao avanço do coronavírus e as fórmulas para conter a pandemia. Mas na quarta-feira, quando foi revelado o estupro de uma menor indígena realizado por um grupo de militares, tudo se congelou. O crime, pelo qual sete militares foram presos, reanimou uma discussão jurídica sobre a prisão perpétua e voltou a colocar o Exército no olho do furacão. O Governo de Iván Duque, começando pelo presidente, condenou sem rodeios os soldados, que admitiram sua culpa. Mas o promotor geral, Francisco Barbosa, recebeu críticas pelo tipo penal utilizado na acusação, o de “acesso carnal abusivo”. No sábado, indígenas do povo embera katio condenaram a violência dos militares com uma manifestação convocada na cidade de Cali. O estupro veio a público graças a uma denúncia da Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC), que relatou o ocorrido na comunidade de Santa Cecilia, no pequeno departamento de Risaralda (centro-ocidente do país). Na segunda-feira uma garota de 13 anos “foi sequestrada e abusada sexualmente por um grupo indeterminado de soldados do Exército Nacional da Colômbia, pertencentes ao Batalhão San Mateo, que aproveitando o isolamento e a situação causada pela pandemia cometeram o fato”. O caso detonou uma reação imediata das autoridades. O mandatário apelou à recém-aprovada pelo Congresso prisão perpétua aos assassinos e estupradores de menores. “Se nos cabe inaugurar a prisão perpétua com eles, o faremos com eles”, afirmou Duque em referência aos soldados, “mas vamos inaugurá-la para que sejam punidos esses bandidos, esses canalhas que acham que podem passar por cima da dignidade de nossas crianças”. Essas palavras geraram um intenso debate jurídico, porque essa lei ainda não pode ser aplicada, como afirmou nas redes sociais, por exemplo, Rodrigo Uprimny, do Centro de Estudos de Direito, Justiça e Sociedade. Ainda falta o desenvolvimento da reforma constitucional que autorizou a lei e, quando estiver pronta, não poderá ser utilizada retroativamente. Por enquanto, os sete militares envolvidos foram, informou a Promotoria, “acusados pelo crime de acesso carnal abusivo com menor de 14 anos agravado, seis deles na qualidade de autores e um como cúmplice”. “As acusações foram aceitas pelos processados”, acrescentou o ente acusador, que afirmou que um juiz “recebeu a petição e impôs medida de segurança privativa da liberdade na prisão aos processados, que deverá ser cumprida em uma guarnição militar que tenha as condições necessárias”.

Data: **28/06/2020**

Título: **Estudo revela precariedade em presídios e agressões contra detentos**

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/estudo-revela-precariade-em-presidios-e-agressoes-contra-detentos>

Ítalo Alexandre dos Santos ingressou no sistema prisional de Minas Gerais por roubar, aos 19 anos, um carro. Único negro entre os cinco jovens que cometeram o crime, somente ele teve que cumprir pena, após sentença fixada em cinco anos e quatro meses, dos quais permaneceu preso por um ano e dois meses. Cerca de uma década depois, voltou ao regime de privação de liberdade por outro roubo de carro, que havia praticado anos antes, ficando detido por 70 dias. A mãe, Maria Teresa Dos Santos, conta que, ao retornar ao lar, ele desenvolveu o hábito de tomar vários banhos, diariamente. O costume foi a forma que o filho encontrou de tentar remover o odor das celas, que ele sentia ter impregnado seu corpo, segundo ela. Maria Teresa viu o filho uma única vez na prisão. Em várias das ocasiões em que compareceu, os agentes penitenciários dificultavam sua entrada, exigindo, a cada momento, um documento de identificação diferente. Mesmo sentindo revolta com a arbitrariedade, dava meia volta, impotente, e regressava a sua casa. Nos encontros com a irmã, mais frequentes, Ítalo Alexandre se queixava da alimentação que recebia, muito distinta da preparada pela mãe, cozinheira profissional, que chegou, inclusive, a abrir um restaurante. Durante o período de enclausuramento, Ítalo Alexandre também viu companheiros de cela serem agredidos fisicamente por agentes penitenciários, o que chegou a relatar à família, com medo de que se tornasse mais um alvo. Ítalo Alexandre faleceu aos 34 anos de idade, de ferimentos a bala. O assassinato ocorreu depois de defender uma vizinha vítima de violência doméstica, cujo agressor era o próprio companheiro. Os atos de abuso de autoridade e a indiferença que Ítalo Alexandre vivenciou na prisão mobilizaram a mãe, que hoje é presidente da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade e também coordenadora da Frente Estadual pelo Desencarceramento de Minas. As violações de direitos também são apontadas em estudo da Saporì Consultoria em Segurança Pública, feito sob encomenda da Associação Voluntários para o Serviço Internacional do Brasil, com o apoio do Ministério Público de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. De acordo com o levantamento, divulgado na quinta-feira (25), mais da metade (51,3%) dos detentos entrevistados declarou que a quantidade de comida que recebem é insuficiente e 73,03% deles classificaram as refeições como péssimas ou

ruins. Outro aspecto avaliado foi a estrutura das celas. Para a maioria (92,3%), o espaço é pequeno demais e a temperatura inadequada (94,8%), além de não ter luz natural (88,2%). Tão essenciais para qualquer pessoa, como a iluminação ou alimentação adequadas, os banheiros foram considerados ruins ou péssimos para 85,2% dos apenados ouvidos. A pesquisa revela, ainda, que agressões perpetradas por agentes penitenciários ocorrem frequentemente, o que demonstra que têm sido toleradas pelas autoridades governamentais. No total, cerca de 85% dos entrevistados disseram ter sido vítimas de pelo menos uma das formas de agressão física indicadas no questionário: ser atingido por spray de pimenta (53%) ou por balas de borracha (20,7%) e ser ferido por tapas e socos (17,5%), chutes (16,1%) e pauladas (7,7%).

Data: **28/06/2020**

Título: **Sem políticas públicas efetivas, imigrantes sobrevivem da solidariedade**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/28/sem-politicas-publicas-efetivas-imigrantes-sobrevivem-da-solidariedade>

“Desde sempre borboletas, andorinhas e flamingos voam fugindo do frio, ano após ano, e nadam as baleias em busca de outro mar e os salmões e as trutas à procura de seus rios. Eles viajam milhares de léguas, ao longo dos caminhos livres do ar e da água. Por outro lado, não são livres os caminhos do êxodo humano. Em imensas caravanas, marcham os fugitivos da vida impossível. Viajam do sul para o norte e do sol nascente para o oeste.” Assim escreveu Eduardo Galeano sobre os imigrantes e refugiados, que em busca de novos horizontes cruzam há anos, oceanos e fronteiras. São imigrantes, emigrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, apátridas, desalojados, deslocados, vítimas de tráfico de pessoas, estudantes internacionais, entre outros. Pessoas que se deslocam por motivos econômicos, estudos, reunião familiar, deslocamento forçado (refúgio), questões ambientais, e que lutam para reconstruir suas vidas longe de sua cultura. Historicamente, o Brasil foi destino de variados fluxos migratórios, e ainda hoje segue sendo. A situação dessa população, que já enfrentava problemas antes da pandemia, ficou ainda mais grave. Faltam empregos e aumentou ainda mais a demora na obtenção do Registro Nacional Migratório. Além disso, apesar de haver legislações específicas para refugiados e imigrantes – a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, para refugiados, e a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, a Lei de Migração – faltam políticas públicas para essas pessoas. Para superar os entraves, elas buscam apoio mútuo em associações e contam com a solidariedade de organizações da sociedade civil. “A situação é desesperadora, apesar de já esperada. É crescente o número de relatos de

imigrantes que perderam o emprego e, conseqüentemente, a renda durante a pandemia. Obviamente, essa situação atinge toda a população brasileira, mas coloca os imigrantes em uma situação de muita preocupação e incerteza, uma vez que a permanência no país muitas das vezes depende da comprovação do vínculo empregatício”, afirma Vanito Ianium Vieira Cá, da Guiné Bissau, que vive em Porto Alegre desde 2012. Ele é doutorando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS) e membro do Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU/UFRGS). Conforme aponta o padre Anderson Luis Hammes, diretor da Missão Pompéia do Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução as Migrações (CIBAI- Migrações), instituição que oferece acolhimento e auxílio para os migrantes no Rio Grande do Sul há 62 anos, os maiores desafios são: acessar os meios de uma inserção laboral adequada e qualificada, conseguir pagar o aluguel e comprar alimentos. “Têm famílias migrantes em situação de rua, com desnutrição e doentes (não de coronavírus). Em relação à saúde, faltam informações na língua nativa dos migrantes para poder acessar o SUS. A limitação na comunicação faz com que a pessoa migrante se sinta insegura para expressar suas necessidades e dores”, ilustra. Apesar de alguns imigrantes conseguirem acessar o Auxílio Emergencial, a maioria não consegue devido à documentação. “Existem pouquíssimas pessoas que afirmam ter recebido a primeira e segunda parcela do auxílio de R\$ 600,00. É preciso lembrar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, assegura aos estrangeiros plena igualdade de tratamento com os nacionais”, destaca Vanito. “Além disso, a nacionalidade não deve ser critério para a concessão do benefício de caráter assistencial. Para mais, a concessão desse auxílio é crucial para que as pessoas em situação de vulnerabilidade social possam cumprir as medidas de distanciamento social que visam reduzir a velocidade da transmissão do vírus”.

Data: **29/06/2020**

Título: **Fique em casa (se puder): classe trabalhadora continua sendo a mais castigada pela Covid-19**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/65430/fique-em-casase-puder-classe-trabalhadora-continua-sendo-a-mais-castigada-pela-covid-19>

Exigem que fique em casa e você não pode evitar dar uma olhada ao seu redor com uma crescente sensação de insegurança; você está consciente que esse mandato tem muitas arestas e abandonar suas atividades não é uma possibilidade real. Para

começar, se sua família tem o inveterado costume de comer todos os dias, para abastecê-la de alimentos é preciso sair de casa. Se seu chefe (ou você mesmo) está ansioso e angustiado para sustentar seu negócio apesar das restrições, é preciso sair de casa. Também deve fazê-lo quando você trabalha em uma instituição fundamental, como serviços de saúde, onde seu trabalho é vital. Sair de casa, quando não há outra opção, é o que ao final do dia permite a outros manter sua reclusão sem maiores problemas. Isto, porque existe uma intrincada engrenagem de atividades essenciais das quais dependemos todos e sem cuja dinâmica enfrentaríamos sérios obstáculos para sobreviver. É um fato indiscutível nossa dependência do trabalho dos demais, sobretudo se esse trabalho nos provê de alimentos, de energia pra processá-los, de uma rotina para eliminar o lixo produzido todos os dias nas casas, da entrega a domicílio quando podemos gozar desse serviço, de todos e cada um dos aspectos que garantem uma certa estabilidade na ordem da vida cotidiana. Por isso o mandato de ficar em casa tem seus problemas, porque nem qualquer um pode atender a tão sábia precaução. No entanto, esse confinamento semi-voluntário tem comprovado ser o único mecanismo possível para alcançar os objetivos – tão abstratos como incompreendidos — de “achatar a curva”, reduzir os contágios e assim romper a sequência ascendente que paira sobre a população como uma ameaça ubíqua e perversa. A pandemia tem demonstrado nesses meses seu imenso poder sobretudo o que temos considerado mais ou menos imutável: destruiu nossa capacidade de confiar e nos obriga a avaliar até que ponto somos capazes de nos sobrepor-nos a uma realidade diferente, a uma mudança de rotinas, a um encerro forçado, a uma transformação sutil e progressiva em nossa maneira de ver o mundo.

Data: **29/06/2020**

Título: **Nas favelas, 41% das famílias não conseguiram auxílio emergencial, diz pesquisa**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/29/nas-favelas-41-das-familias-nao-conseguiram-auxilio-emergencial-diz-pesquisa>

Nas favelas de todo o Brasil, 41% das famílias que solicitaram o auxílio emergencial de R\$ 600 ao governo federal em função da pandemia da covid-19 não conseguiram receber nenhuma das parcelas do benefício, segundo um levantamento do Instituto Data Favela. A pesquisa realizou 3.321 entrevistas, em 239 favelas, de todos os estados brasileiros entre os dias 19 e 22 de junho. De acordo com o Data Favela, que é uma parceria entre o Instituto Locomotiva e a Central Única das Favelas (Cufa), quase sete

(68%) em cada 10 famílias entraram com pedido do auxílio. Em 96% dos casos de pessoas que receberam, o benefício foi utilizado para a compra de alimentos. Entre as famílias de comunidades do país que receberam doações ou estão recebendo o auxílio emergencial, aprovado no final de março por deputados e senadores, oito entre 10 afirmaram que não teriam condições de se alimentar, comprar produtos de higiene e limpeza ou pagar as contas mais básicas caso não tivessem recebido alguma doação. Os entrevistados e entrevistadas pelo Data Favela também apontaram quem são as entidades que mais fizeram doações. Em primeiro lugar (69%) estão ONGs e empresas, seguidos de vizinhos, amigos e parentes, depois governos e, por fim, igrejas. Na ordem de doação estão alimentos, cesta básica, produtos de higiene, produtos de limpeza e dinheiro. Nas favelas brasileiras, 80% das famílias estão sobrevivendo com menos da metade da renda que tinham antes da pandemia do novo coronavírus. Para 45% a renda diminuiu muito (menos da metade), enquanto 35% afirmam ter perdido toda a renda mensal que tinham antes da covid. Os que tiveram queda da renda pela metade são 11%, outros 5% tiveram queda menor que a metade e 4% não tiveram queda nos ganhos. Também chama a atenção nos dados divulgados pelo Instituto Data Favela a disparidade entre a taxa de desemprego de moradores de favela que são economicamente ativos e o mesmo índice entre os que vivem no asfalto. O emprego formal para os que vivem em favelas é metade dos moradores do asfalto e o desemprego é o dobro. Empregados com carteira assinada na população brasileira somam 31%, mas nas favelas esse número cai para 17%. Entre os desempregados das comunidades brasileiras que procuraram trabalho nos últimos 30 dias a taxa chega a 20%, enquanto no asfalto ela é menos da metade (9%). A disparidade nas atividades escolares também é alta: 10% da população brasileira, estimou o Data Favela, encontra-se matriculada em alguma instituição de ensino. Nas favelas o índice é de apenas 3%.

Data: **30/06/2020**

Título: **No Maranhão, 80% da floresta amazônica já foi devastada**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/30/no-maranhao-80-da-floresta-amazonica-ja-foi-devastada>

Um artigo publicado na revista Land Use Policy por cientistas de diferentes centros e universidades chama a atenção para um grave problema: a devastação e violência a que estão submetidos os povos originários e populações tradicionais que vivem na porção da Amazônia Brasileira localizada no oeste do estado do Maranhão. Segundo o documento, a área já perdeu 76% das florestas original e um quarto da vegetação

florestal remanescente está degradada ou por incêndios criminosos ou pela atividade ilegal da madeira. No Maranhão está localizada a parte da Amazônia, que historicamente, foi a primeira a ser ocupada, chamada Zona Bragantina, que compreende o oeste do Maranhão e o norte do Estado do Pará. A área integra a chamada de Amazônia Legal, constituída por nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão. Para uma das autoras do artigo, a professora Marlúcia Martins, ecóloga e pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a devastação são um reflexo da exploração histórica a que a região foi submetida. "Essa devastação já tem uma raiz histórica. Ela já é preocupante há muito tempo. A gente tem feito outras publicações, inclusive, colocando a questão do desmatamento, dos remanescentes. O que motivou a publicação foi o fato de que o governo do estado do Maranhão realizou o processo do zoneamento ecológico econômico. Nesse processo, eles vêm usando brechas da lei, alterando restrições com relação às reservas legais", diz Marlúcia Martins. A secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos afirmou, por meio de nota que "o Zoneamento Ecológico do Estado (ZEE), aprovou a diminuição da reserva legal para 50 %. Já as áreas desmatadas que não tem a reserva legal de 50% no novo ZEE devem ser recuperadas até 50%." Mas segundo Martins, o correto seria que 80% das áreas desmatadas fossem recuperadas, uma vez que essa seria uma oportunidade de usar a legislação ambiental para tornar essa restauração possível. Além da devastação da floresta, a pesquisadora também relaciona o desmatamento também com o déficit hídrico na região e reforça que o Estado deveria, na verdade, ser um parceiro para recuperar as florestas. "Apesar de estar muito devastada, o potencial de regeneração dela ainda é alto, porque a gente tem poucas floresta, mas a que tem está em blocos grandes e isso é favorável à restauração, além disso, a gente tem no próprio Maranhão – que é o que a gente posta no artigo – , uma área muito grande de vegetação se regenerando: vegetação secundária e propriedades abandonadas." O grande impasse, segundo a pesquisadora é que não há lei no Maranhão que proteja essas florestas secundárias, que é como são chamadas as que sobrevivem ao primeiro processo de devastação. "Elas podem ser redesmatadas. Por isso estamos com dificuldade de incentivo à restauração, por conta dessa normatização no zoneamento ecológico econômico do estado", diz ela

Data: **30/06/2020**

Título: **Jornadas de 12h e zero direitos: por que entregadores de apps fazem greve inédita**



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/30/12h-de-trabalho-sem-apoio-e-sem-direitos-o-dia-a-dia-dos-entregadores-de-apps>

O bico como entregador de aplicativos começou para conseguir uma renda extra. Diógenes de Souza nem imaginava que, em tão pouco tempo, o novo coronavírus aprofundaria uma crise econômica sem precedentes no país. O que antes era uma escolha, se tornou sua única opção. Logo no primeiro mês da pandemia, o kartódromo onde trabalhava, pista de treinos e corridas de kart, fechou as portas e dispensou todos os funcionários. Desde então, faça chuva ou faça sol, Diógenes está na rua de 8h a 12h diárias. Em menos de seis meses, já sentiu na pele os riscos da informalidade. “Se você não sai, não ganha. Eu machuquei o joelho, caí da moto, fiquei dez dias parados. Dez dias que não ganhei nada. Não tenho nenhum tipo de seguro. Não recebo INSS, não recebo nada. Não tenho nenhum aporte”, lamenta. Pai de 3 filhos, ele se desloca todos os dias de Cotia para a capital. A remuneração precária dos aplicativos não lhe permite ter sequer um dia de folga na semana. “Eu saio 10h da manhã de casa para voltar 22h, 23h. Não sobra tempo. Chega em casa, toma banho, deita e dorme. Acordo de manhã e vou trabalhar de novo. Sem tempo para lazer”, conta. Quando pensa em seu trabalho como entregador, os riscos da função são a primeira coisa que vem à cabeça de Diógenes. “A minha esposa teme por mim, preferia que eu trabalhasse em outro lugar. Ela sabe do risco de acidente, do risco do vírus. Mas não tem jeito. Tem que se arriscar. É a única opção que tem. O mercado formal não está contratando”, desabafa. Dados do Ministério da Economia constataam a alarmante realidade: 1,4 milhão de vagas formais foram fechadas desde a chegada da covid-19 no país. Já a informalidade, segundo o IBGE, atinge mais de 40% da população brasileira. Parte expressiva dessa porcentagem de trabalhadores sem vínculo empregatício, assim como Diógenes, milhares de entregadores de plataformas deliverys protagonizarão uma paralisação nacional nesta quarta-feira (1º). O chamado “breque” terá início às 9h e exige melhores condições de trabalho para os trabalhadores, que irão circular coletivamente trancando vias das cidades brasileiras, principalmente em São Paulo, como forma de protesto. Uma remuneração mais justa por meio do estabelecimento de uma taxa mínima por corrida maior do que a atual, assim como o pagamento padronizado por quilometragem percorrida estão entre as reivindicações dos entregadores. A suspensão imediata de bloqueios sem justificativa, que segundo os organizadores da greve são realizados frequentemente pelas empresas como Rappi, Ifood, Loggi e UberEats, também é uma das principais demandas.